

ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST

ANAIS.EST.EDU.BR/CONGRESSO



COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE SANTA CATARINA – UM OLHAR A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA MORRO DO BOI

Dalva Rosana D. Giancesini^{*}
Jackeline Aparecida Amler^{**}
Luíz Wilmar Kmetzki^{***}
Marcos Rodrigues da Silva^{****}
Rogério Tridapalli Junior^{*****}

RESUMO

A presente produção busca socializar uma aproximação à leituras e pesquisas envolvendo Comunidades Remanescentes Quilombolas do Estado de Santa Catarina. Relatos de uma visita à Associação Quilombola Morro do Boi, localizada na cidade de Balneário Camboriú identificam riquezas de um grupo social impar e ao mesmo tempo registram o quanto estas comunidades ainda sofrem discriminação e preconceito nas sociedades contemporâneas. Conviver com a diversidade na ótica da sabedoria, alteridade e conhecimento abre e constrói *possibilidades* históricas, políticas e culturais de vida *em e com* dignidade para toda a humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades Quilombolas. Santa Catarina. História.

ABSTRACT

This production seeks to socialize an approach to reading and research involving Quilombo Communities Remnants of the State of Santa Catarina. Reports of a visit to Morro do Boi Quilombola Association, located in Camboriú identify a wealth of unique social group while record how these communities still suffer discrimination and prejudice in contemporary societies. Coping with diversity in the perspective of wisdom and knowledge otherness opens possibilities and builds historical, political and cultural life and dignity for all humanity.

KEYWORDS: Quilombo communities. Santa Catarina. history

* Licenciado em Pedagogia. Cursando Ciências da Religião – Licenciatura em Ensino Religioso e membro GPEAD/FURB. Contato: r_dalsegio@hotmail.com.

** Licencianda em Pedagogia. Cursando Ciências da Religião – Licenciatura em Ensino Religioso e membro GPEAD/FURB. Contato: jakeamler@yahoo.com.br

*** Licenciado em História UNIFEBE. Membro GPEAD/FURB. GPEAD/FURB. Contato: luizwilmar@yahoo.com.br.

**** Doutorando em Ciências da Religião (PUC/SP), Mestre em Teologia (FNSA/SP). Docente na UNIASSSELVI/SC. Integra o Grupo de Estudos Atabaque, Teologia e Cultura Negra, da Associação de Teólogos do Terceiro Mundo – ASETT (SP); Núcleo de Estudos Negros – NEN (SC) e Grupo de Pesquisa: Ethos, Alteridade e Desenvolvimento (FURB/SC). Contato: marcorit@gmail.com.

***** Tecnólogo em Gestão Pública. Licenciando em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso e membro do GPEAD/FURB. Contato: juniortrida@yahoo.com.br.

Introdução

A discussão pretendida refere-se às Comunidades Quilombolas que estão localizadas em quase todos os Estados brasileiros¹. Esta situação implica numa reflexão sobre as questões étnico/raciais no território brasileiro e catarinense. Quem somos? Quais as nossas relações de parentesco? Que passos foram realizados para que estas Comunidades Quilombolas se firmassem num território em Santa Catarina, em particular no Vale do Itajaí e do Rio Tijucas.

Historicamente temos registros das Comunidades Quilombolas em diferentes obras do acervo brasileiro. A comunidade quilombola,

[...] como comunidade isolada permaneceu com força nas interpretações historiográficas até os anos 1980. Estudos mais recentes tem destacado a mobilidade e principalmente a articulação de mocambos e quilombos com vários setores da sociedade envolvente. Era justamente tal capacidade de interação com outros setores sociais que mais atemorizava autoridades e fazendeiros².

A lógica de implementação da Empresa Colonial numa estrutura de sociedade baseada no modelo do Padroado³ foi desenvolvida nos quatro ciclos econômicos no Brasil em que a exploração da mão-de-obra negra teve seu papel fundamental: o ciclo

¹ Fiabani assim descreve a formação das Comunidades Quilombolas:[...] Ao igual de outras regiões da América, desde o início do cativeiro, nos campos mas também nas cidades do Brasil, um grande numero de cativos fugia à procura de um ermo qualquer do interior, nas escarpas de uma serra, no coração de uma ilha, nos embrenhados de um mangue ou na profundeza de uma floresta. Por meio do exercício da antiga sabedoria dos oprimidos de que se “deus é grande, o mato é ainda maior”, procuravam formar uma comunidade de produtores livres em um espaço geográfico e social que, por suas características, estivessem longe do braço pesado do escravista. No Brasil, essas comunidades foram conhecidas no passado sobretudo como mocambos ou quilombos.[...] Cfr. FIABANI, A. Mato, *Palhoça e pilão – o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*, Editora Expressão Popular, São Paulo/SP, 2005, p. 11.

² BRAGA, Maria Lúcia de Santana. et al. (org). *Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. Brasília-DF: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, MEC, 2006, p.124.

³ José Honório RODRIGUES, assim descreve o cotidiano do Sistema de Padroado: “ A religião perdeu, entre nós, o ar sinistro das práticas peninsulares e ganhou alegria, adaptando-se ao povo, às populações mestiças do batuque, do foguetório, dos repiques de sinos e alheias às sutilezas do dogma. As procissões e os te-déuns (*Te Deum*) movimentavam as ruas, davam animação à vida popular brasileira.” In. HOORNAERT, E. *O cristianismo moreno do Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1989, p. 19.

da cana-de-açúcar, que permeou o século XVII e XVIII; o ciclo sertanejo, no século XIX; o ciclo amazônico ou os aldeamentos em fins do século XIX e na primeira metade do século XX; o ciclo paulista, no século XIX, com conquista dos territórios nas regiões do Mato Grosso, Minas Gerais e de toda a região Sul dando continuidade ao ciclo de exploração da madeira.

Encontramos aqui a presença do negro participando na implementação das grandes fazendas de café, algodão e amendoim (São Paulo, Rio de Janeiro e Sul de Minas Gerais). Na condição de *liberto*, forma sua família, conquista seu pedaço de terra e, dá início ao processo de afirmação de cidadão livre. É a partir desta mobilidade de negros libertos ou alforriados que surgem as Comunidades Quilombolas em Santa Catarina⁴.

Passos para identificar uma Comunidade Quilombola

Para identificar uma Comunidade Quilombola estes são os passos definidos pelos Decretos 4.887/2003 e 4.887/2004, que promove o reconhecimento de uma Comunidade Quilombola:

1. Impulso ao procedimento – poderá se iniciado de ofício pelo INCRA⁵ ou por requerimento de qualquer interessado[...];
2. Declaração de auto-definição como remanescente de comunidade de quilombo – A auto-definição será demonstrada por simples escrita da comunidade. Devem constar os dados de ancestralidade negra, trajetória histórica, resistência à opressão, cultos e costumes;
3. Inscrição da auto-definição como remanescente de comunidade de quilombos no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que impedirá a respectiva certidão de registro;
4. Identificação e delimitação da área realizada pelo INCRA: - levantamento ocupacional; - levantamento cartorial; - levantamento topográfico; - mapas e memoriais descritivos.
5. Elaboração de Relatório Técnico de Identificação
6. Publicidade – publicação de extrato do edital de reconhecimento, por duas vezes consecutivas, no D.O. da União e no D.O. do Estado no qual se localiza.
7. Notificação de ocupantes confinantes da área delimitada;
8. Prazo para apresentação de contestação ao Relatório;

⁴ ROMÃO, Jeruse Maria. *A África Está em Nós: História e Cultura Afro-brasileira: africanidades catarinenses, livro 5*. João Pessoa-PB: Grafset, 2010

⁵ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

9. Consultas a órgãos e entidades;
10. Análise da situação fundiária do território pleiteado, considerando a incidência de títulos públicos e privados;
11. Procedimento desapropriatório (quando sobre a área incidir título de domínio particular);
12. Procedimento de reassentamento dos ocupantes não quilombolas;
13. Outorga de título coletivo de propriedade;
14. Registro Cadastral do imóvel titulado em favor dos remanescentes das comunidades de quilombos;
15. Registro do Título, Registro de Imóveis.⁶

Nos dias atuais temos as seguintes Comunidades Quilombolas reconhecidas em Santa Catarina.

- Balneário Camboriú - Morro do Boi - 05/05/09 – Concluído o Laudo Antropológico;
- Criciúma - Família Thomaz - 05/05/09;
- Santo Amaro da Imperatriz – Tabuleiro - 05/05/09;
- Santo Amaro da Imperatriz - Caldas do Cubatão - 06/07/10;
- Campos Novos - Herdeiro da Invernada dos Negros* - 04/06/04 – Em processo de certificação
- Porto Belo – Valongo - 10/12/04;
- Praia Grande - São Roque* 10/12/04;
- Garopaba - Morro do Fortunato - 13/12/06;
- Monte Carlo - Campos dos Poli - 02/03/07;
- Paulo Lopes - Santa Cruz - 02/03/07;

Um total de 1200 famílias integram as comunidade quilombolas de Santa Catarina. (INCRA-SC)

O processo que define do reconhecimento até a certificação de Comunidade Quilombola, como podemos perceber passa por um longo rito jurídico e sociocultural com o objetivo assegurar aos membros da comunidade quilombolas seus direitos constitucionais e o acesso as políticas públicas ordenadas pelo Governo Federal, Estados e Municípios.

⁶ OSÓRIO, Letícia Marques. *Direito à Moradia e Territórios Étnicos Proteção Legal e Violação de Direitos das Comunidades de Quilombos no Brasil*. Porto Alegre-RS: Ética, 2005.

Associação Quilombola Morro do Boi – Registros de uma Comunidade Remanescente Afro Catarinense

Este trabalho reconhece como importante focalizar a região do Vale do Itajaí e Vale do Rio Tijucas, referenciando neste momento a cidade de Balneário Camboriú, onde se encontra a *Associação Quilombola Morro do Boi*.

A Comunidade Quilombola Morro do Boi localizada no município de Balneário de Camboriú integra dezesseis (16) famílias que mantêm a tradição histórica da Comunidade e, principalmente de seus ancestrais. Uma das características para a manutenção econômica das famílias consiste nas mulheres buscarem o trabalho de domésticas na cidade de Camboriú e região, enquanto os homens, na sua maioria ficam na comunidade com os afazeres como trabalhadores rurais e, quando possível, trabalhando como assalariados nos municípios da região.

A história da Comunidade Quilombola já teve seu momento de fartura na produção de arroz, milho, café, fumo e palmito, todas produções agrícolas que são cultiváveis na Mata Atlântica com muita rentabilidade. A comercialização dessas atividades agrícolas aconteceu na forma de venda direta ou no sistema de trocas de produtos que foi um movimento significativo da identidade da Comunidade. No passado o sinal dos movimentos dos Quilombolas rumo aos espaços da cidade era o barulho do carro-de-boi. Quem não tinha este veículo de locomoção fazia a caminhada a pé para efetivar a venda dos produtos colhidos e a compra dos bens necessários da subsistência da família.

Com a presença de Projetos de Extensão da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI foi dado o impulso para a história da Comunidade e os direitos de serem reconhecidos como Comunidade Remanescente de Quilombos. Nesse procedimento foi efetivada a criação da Associação Quilombola do Morro do Boi, que protocolou o processo de reconhecimento e o pedido de titulação definitiva como Comunidade

Remanescente Quilombola junto ao INCRA, neste momento está na fase de análise do Laudo Antropológico⁷.

O silêncio e a invisibilidade do negro no território catarinense

No processo de pesquisa sobre a presença do negro, na condição de escravo ou liberto no território catarinense deparamos com algumas informações que afirmam a desmistificação do silêncio e da invisibilidade do negro nas terras catarinenses. Deste modo, Leite⁸, assim afirma:

A grande maioria das pesquisas que enfocam a contribuição dos descendentes de africanos no Sul do Brasil afirma a *sua especificidade* em relação às outras regiões do Brasil. Sobretudo ao examinar os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, *duas especificidades são apontadas*: a primeira, fundamentada a partir de uma análise do passado colonial, afirma que o negro teve e tem presença rara, inexpressiva ou insignificante e atribui a isto a ausência de um grande sistema escravista voltado para a exportação, como ocorreu em outras regiões do Brasil. [...] A segunda, menos explícita, porém não menos importante, sugere que em algumas áreas e em certos tipos de atividades, existiram relações mais democráticas e igualitárias. Estas relações seriam decorrentes, sobretudo do modelo econômico implantado e de um menor contingente de escravos tal como em anteriores áreas de exploração colonial.

Como consequência desta leitura, profundamente equivocada, sobre a presença e a invisibilidade⁹ do negro em Santa Catarina Leite procura conceituar essa atitude presente no cotidiano das conversas e estudos catarinenses. A antropóloga assim conceitua:

⁷ ROMÃO, Jeruse Maria. *A África Está em Nós: História e Cultura Afro-brasileira: africanidades catarinenses*, livro 5. João Pessoa-PB: Grafset, 2010

⁸ LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporânea, 1996, 40.

⁹ “A noção de invisibilidade, utilizada por vários autores para caracterizar a situação do negro, foi utilizada pela primeira vez na literatura ficcional americana por Ellison (1990), para descrever o mecanismo de manifestação do racismo nos Estados Unidos, sobretudo na estrada dos ex-escravos e seus descendentes no mercado de trabalho assalariado e as relações sociais decorrentes de sua nova condição e *status*.” LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporânea, 1996, 41.

A invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações. [...] assim conclui a autora, A invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais, oficiais e nos textos científicos¹⁰.

Romão (2009) relata a visita de estrangeiros reconhecidos como botânicos, biólogos, naturalistas, navegadores, médicos, artistas, entre outros. Essas visitas ocorreram entre o século XVIII e XIX. Assim as descreve a educadora:

[...] O Barão e médico alemão Von Langsdorf, que passou por Santa Catarina entre os anos de 1803 e 1804, ficou revoltado, quando viu pela primeira vez os escravos em Desterro (hoje Florianópolis). Os olhos do Barão estavam *desacostumados* com a escravidão, segundo seus próprios escritos. Ficou admirado com a quantidade de escravos, de sexos e idades diferentes. Estavam expostos nas ruas, esperando pelos compradores.¹¹

Romão, nos seus relatos sobre a presença da população negra escrava no meio urbano ou, escravo de ganho, nos oferece uma sólida “pista” da presença significativa de negros na Vila do Itajaí, nas últimas duas décadas do século XIX. Relata Romão:

[...] As câmaras de vereadores, como a da Vila do Itajaí, eram responsáveis para convencer os senhores da importância de contribuir com escravos para o contingente que se deslocava para o *front*. Na versão das autoridades, tratava-se de lutar contra o *déspota* da República do Paraguai que afrontava a soberania do Império Brasileiro: *Esta Câmara convida os seus municípios para concorrerem com alguns de seus escravos para o exercito, dando aos mesmos a liberdade de se oferecer gratuitamente, - digo -, oferecer para o exercito gratuitamente ou mediante a quantia designada pelo Exmo. Senhor Ministro da Fazenda. Esta Câmara espera em breve ver seu pensamento realizado.*[...] ¹²

Uma das motivações que nos orientou a visitar a Comunidade Quilombola do Morro do Boi está na informação que Romão registra nos seu texto:

[...] Posteriormente, a mesma Câmara conclamava a população em prol da construção do Asilo dos Voluntários, qual seja, um asilo para inválidos que regressavam da Guerra do Paraguai, certamente entre eles, escravos e ex-escravos¹³.

¹⁰ LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporânea, 1996, 41.

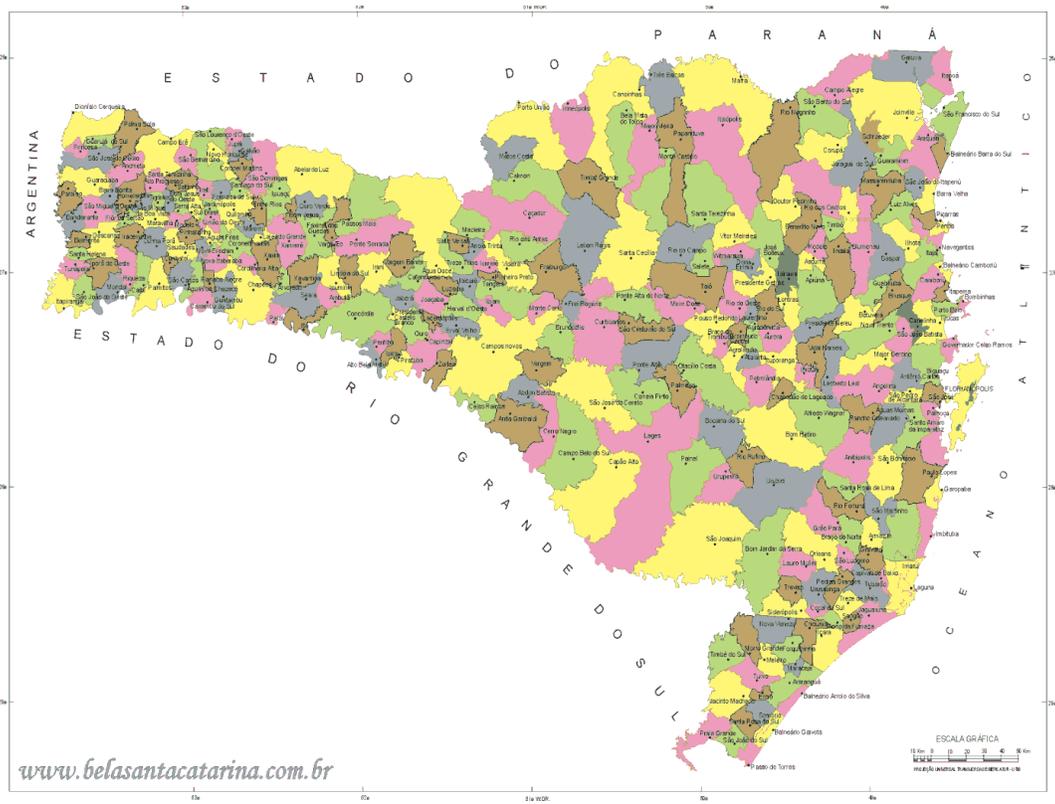
¹¹ ROMÃO, Jeruse Maria. *A África Está em Nós: História e Cultura Afro-brasileira: africanidades catarinenses, livro 5*. João Pessoa-PB: Grafset, 2010.

¹² ROMÃO, Jeruse Maria. *A África Está em Nós: História e Cultura Afro-brasileira: africanidades catarinenses, livro 5*. João Pessoa-PB: Grafset, 2010, 85.

¹³ROMÃO, 2010, 89.

Os relatos e acontecimentos, que registramos até o momento, oferecem elementos importantes para que possamos assinalar algumas *notas* para alimentar nossos estudos e práticas, enquanto Grupo de Pesquisa. Para melhor assegurar este caminho que pretendemos desbravar como estudantes em Ciências da Religião – Licenciatura em Ensino Religioso buscamos resgatar um registro histórico, oferecido por Romão, que nos aproxima da comunidade Quilombola do Morro do Boi. Assim cita a autora, invocando o testemunho de “alguns viajantes” conforme anais da Assembléia Legislativa¹⁴,

[...] Estes escravos podem se considerar felizes se acontecem cair nas mãos humanas, pois existem também aqueles que vão parar em poder de violentos patrões! Aí são desumanamente maltratados e acontece frequentemente que dentro destas criaturas é despertada a ânsia de liberdade e, às escondidas, fogem de seus cruéis senhores, refugiando-se nas montanhas afastadas, preferindo alimentar-se de caça, de ervas, raízes e frutos, do que servir a um tirano. Nestas condições, acontece de se unirem os gentios no interior da região e cooperam nos assaltos, mencionados há pouco, às vilas distantes. Em alguns casos, raros, as sevícias e os maus tratados a escravos levaram a que estes atentassem fatalmente contra seus donos. Um caso destes aconteceu pouco antes de nossa chegada a Santa Catarina¹⁵.



¹⁴ ROMÃO, 1977, 177.

¹⁵ ROMÃO, 2010, 89.

A partir deste relato histórico e contextualizado à realidade afro-brasileira e do negro em Santa Catarina podemos avançar para algumas *notas* onde iremos afirmar como possibilidade de ampliar nossas pesquisas, estudos e sistematização temática no nosso Grupo de Pesquisa.

Diversidade histórico/cultural Afro Catarinense

A reflexão sobre a diversidade histórico/cultural afro brasileira, inserida no contexto desta região, busca consequentemente captar informações para discutir e ampliar as concepções voltadas para essa realidade. O processo histórico começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, onde de certa forma se abriu caminho as relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, a colonização do continente africano e de seus povos.

De escravo servil à “preto ladino” resistente

A literatura e a história tiveram sempre um ponto em comum ao registrar com o olhar de cidadão branco europeu o trabalhador negro (escravo). Concordamos com Emilia Viotti da Costa, quando afirma:

A idealização da escravidão no Brasil, o retrato do escravo fiel e do senhor benevolente e amigo do escravo, acabou por prevalecer na literatura e na história; muitos foram forçados pela sociedade escravista à defesa do sistema de que não julgava possível prescindir¹⁶.

Constatamos, desde a chegada dos primeiros escravos a resistência das populações negras escravas junto com os negros forros (libertos) de forma permanente, culminando com o banzo e diversas insurreições, fugas e quilombos, entre as que mais se destacam na história da afirmação como povo negro. A estratégia de resistência rumo à liberdade foi forjada na aparente condição de conveniência com os moldes da Empresa Colonial, que impunha ao escravo o hábito de trabalhar, obedecer, e ter sua

¹⁶ VIOTTI, Emilia da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo, 1986.

"satisfação" através da atitude de subserviência do seu senhor ou dos capatazes. Bosi contextualiza esta situação,

[...] A conjugação entre os mandos do Senhor, dos capatazes, com a legitimidade do discurso religioso, podemos verificar na comparação que o Pe. Vieira faz dos sofrimentos dos escravos aos sofrimentos de Jesus Cristo: "Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado, porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na cruz, e em toda a sua paixão. A cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o ceptro do escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel, a paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo".¹⁷

A estratégia de luta e de resistência foi aplicada nas diversas regiões onde estavam concentradas as populações negras escravas, conforme podemos constatar nos registros policiais da época ou nos sermões dos padres Jorge Benci e Vieira (século XVIII), que verbalizam aquilo que, atentos, registravam dos movimentos dos negros nas fazendas ou nos engenhos.

Este movimento coletivo contra a Empresa Colonial deflagrou fatos históricos da resistência promovida pelas populações africanas e afro-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. Fatos esses que podem ser localizados próximos ou dentro das cidades na Bahia, palco de uma luta em que, na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, escravos e negros forros tomaram as ruas da capital e durante algumas horas travaram um combate armado contra soldados e civis. Tais negros eram de origem muçulmana e jamais aceitaram ser tratados na condição de escravos. Na época, esse fato teve repercussão nacional, tanto na imprensa escrita como no parlamento. Esta luta da resistência negra na diáspora africana ficou conhecida como a "Revolta dos Malês"¹⁸.

¹⁷ BOSI, Alfredo. *Vieira ou a cruz da desigualdade*. Novos Estudos CEBRAP nº25, São Paulo, 1989, 28-49

¹⁸ Os estudos de João José Reis, em *Rebelião Escrava no Brasil, a história do levante dos malês (1835)*, indicam algo importante para pensar a importância do negro na sociedade brasileira no período oitocentista. O autor aponta dados estimativos da população de Salvador: "Em 1835 havia 27.500 escravos (42% da população) e 38.800 livres e libertos (58%). Os brasileiros de cor, nascidos livres ou ex-escravos, e os africanos libertos eram em número de 19.500 pessoas, 29,8% dos habitantes da cidade. Desta forma, se os escravos eram menos da metade da população, a soma de todos os negros-mestiços, fossem escravos ou não, representava uma significativa maioria de 71,8%. Os 18.500 brancos

Alencastro registra que o Rio de Janeiro, sede do Império, em 1850 vai ter em torno de 206 mil habitantes, sendo que 79 mil eram negros cativos, o que corresponde a 38% do total da população.

Desde então, o temor contra qualquer tipo de concentração de negros passou a ser motivo para legitimar a vigilância da polícia. Outras localidades do território brasileiro convivem com experiências do mesmo gênero. No Maranhão, acontece o movimento de independência dos escravos; no Rio de Janeiro, a formação de diversos quilombos que, muitas vezes, realizam confrontos nas proximidades da sede da Província (por exemplo: o movimento Catumbi); em Recife, encontramos registros de grandes movimentos da resistência negra, neste período oitocentista, com inspiração nos movimentos quilombolas que já haviam ocorrido na segunda metade do século XVII (Quilombo dos Palmares - 1630 a 1693); em Sergipe, houve uma sistemática ação do exército e da polícia contra os quilombos, de 1867 até 1870, conforme relatos; nas regiões que compreendem a área amazônica (Amazônia Legal) ocorreram perseguições e muitas mortes de negros aquilombados, promotores de pequenos embriões de sociedades alternativas ao modelo colonial escravista português.

Percebe-se então, que a “identidade negra” no Brasil, onde quase não houve um discurso ideológico, porque os brasileiros de pele clara não passaram por nenhuma história semelhante, como os portadores da pigmentação escura. Esses povos foram seqüestrados, capturados, arrancados de suas raízes e obrigados a deixarem seu país, para serem escravizados e tratados como seres sem humanidade, sem saber o por que de isso estar acontecendo. Devido a isso sofreram rupturas que teriam provocados alguns traumas, o que pode ser explicado na construção de “novas identidades”. Essas identidades causaram o que chamamos de discriminação racial.

A diversidade no Brasil hoje, apesar dos contextos históricos e geográficos é resultado de um racismo universalista, que quis assimilar os africanos e seus descendentes brasileiros numa cultura considerada superior. Assimilação essa que se faria através da falsa mestiçagem cultural e da miscigenação. Isso por sua vez levaria a

constituíam a minoria racial de Salvador (28,8%)". REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

alienação e a negação da própria humanidade. Portanto, essa questão de humanidade deve ser analisada mediante diferentes grupos sociais. O respeito, o aceitar o diferente, a busca de igualdade social para todos, leva-se a crer que há noção de cidadania tem evoluído muito no decorrer dos tempos.

A tomada de consciência das diferentes etnias desemboca em um processo de formação de identidade ligados a própria história. O conceito de identidade enfoca sempre os conceitos de diversidade¹⁹, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, etc., com os quais ele mantém relações, ora dialéticas, ora excludentes, conceitos de construção de uma educação democrática. Busca-se repensar o passado de forma mais humana e com isso questionando que a diversidade cultural não diz respeito apenas ao relacionamento do Outro, como diferente, significa pensar a relação entre eu e o Outro.

Como já constamos há atualmente no Brasil centenas de áreas remanescentes de Quilombos localizadas nas diferentes regiões brasileiras. Fato este que justificou a criação de um grupo interministerial, em 2003, com a função de discutir e redefinir o artigo 68 do ADCT, considerando tanto os questionamentos postos quanto aos pensamentos expressos pelas comunidades quilombolas. Como fruto do trabalho desse Grupo Interministerial foi instituído o Decreto nº 4887, no dia 20 de novembro de 2003, que transfere a competência de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação das áreas remanescentes de quilombos ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nossa proposta de trabalho, mediante o interesse na diversidade étnico-racial pode ser considerada como uma estratégia de combate ao racismo. Refere-se à organização de trabalhos realizados por pesquisadores, professores, pessoas comprometidas e preocupadas com a discriminação que acontece entre seres humanos

¹⁹ A diversidade pode ser compreendida como variedade de práticas ou ideias. Ou ainda, como característica que fazem a diferença de algo ou coisa. Muitas das ações que um grupo pratica revelam atitudes de diversidade que reconhecemos como pluralidade, multiplicidade ou variedade. As ciências humanas apresenta sobre o tema algumas conceituações: na filosofia são as formas de pensamento humano; na antropologia cultural procura nas diversidades de hábitos, costumes, comportamentos, crenças e valores.

e que conseqüentemente poderá causar danos para todos. Essa pesquisa pode ser uma estratégia interessante e poderá nos ajudar na mudança de valores e práticas conhecendo outras experiências de intervenção bem sucedidas no trato da questão racial.

Cada povo busca identificar respostas as suas indagações de cunho existencial. As buscas e possíveis respostas resultam em uma diversidade de crenças, fato este a nos impulsionar a elaboração deste projeto de trabalho, ou seja, visita e interesse em conhecer a cultura e religião dos Quilombolas aqui no Brasil.

Os passos dados para gerar este Primeiro Diagnóstico

Com a discussão proposta sobre as Comunidades Remanescentes Quilombolas, organizou-se uma visita ao Quilombo Morro do Boi, quando na oportunidade fez-se contato com a líder local. Numa manhã ensolarada de domingo do dia dezoito de junho de dois mil e onze, as oito horas, chegamos numa localidade em meio a Mata Atlântica, cidade de Balneário Camboriú, conhecida como “Morro do Boi”. Ali chegando, fomos acolhidos pela representante da Comunidade, Sueli Maria Leodoro, a qual nos acompanhou até a humilde casa de sua mãe, dona Margarida, popularmente conhecida por dona Guida.

Dona Guida e seu filho Altair Almiro Leodoro, nos receberam e contaram-nos um pouco da trajetória histórica que se passa naquela localidade. Altair, atualmente tesoureiro da Associação Quilombola Moro do Boi, após longo dialogo explanou-nos sua representação em eventos de cunho local, regional, estadual e nacional, em muitos momentos onde sua irmã Sueli, Presidente da Associação, não pode estar presente devido às atividades profissionais. Sueli trabalha de doméstica e aos sábados vende verduras na feira. Na comunidade todos trabalham, com exceção de dona Guida e seu filho Altair que são aposentados.

Na sala humilde e aconchegante, na companhia de um bom chimarrão (oferecido pelos visitantes), dona Guida, relatou-nos que:

“[...] há mais de cinquenta anos viemos morar aqui, o local era conhecido como Morro do Boi. No início, somente eu, meu sogro e sogra, viemos para o Morro, os demais da família ficaram lá em baixo na praia (na praia de Balneário Camboriú)²⁰.”

Na referida sala há um quadro de certificação, oriundo da Fundação Cultural Palmares; o certificado é conferido às Comunidades Remanescentes Quilombolas, sendo esta intitulada, como “Associação Quilombola Morro do Boi”.

Atualmente esta Comunidade através da sua associação luta para ser reconhecida como Comunidade Remanescente Quilombola, tendo assim seus direitos garantidos. Em 2007 fundaram a Associação, denominada “Associação Quilombola Morro do Boi”, pessoa jurídica de direito privado, tendo em vista a localidade que se encontra. A associação possui uma diretoria constituída. Porém ainda está em fase de investigação do INCRA, onde o mesmo deve verificar a descendência escrava e legitimidade da posse das terras. Esta associação sendo reconhecida terá benefícios e o custo será menor como eletricidade, terra, etc. Lutam para a construção de uma sede, para assim fazer seu artesanato e aumentar a renda familiar, obtendo assim um desenvolvimento local sustentável. A sede pretendida teria duas salas e um banheiro. Ainda não possuem computadores. Estão buscando uma parceria para aquisição; a tecnologia seria de grande valia para o acesso a internet, proporcionado assim pesquisas educacionais e entretenimento para as crianças.

A realidade familiar – e a realidade do pluralismo religioso e sócio-cultural

Ao chegarmos numa comunidade com características marcada pela simplicidade e alegria, também encontramos as dificuldades comuns de uma realidade comunitária. Mas, marca a identidade de povo negro é o sentimento de pertença e orgulho de sua terra, seu lugar, sua gente este é *seu Morro*.

A maioria das famílias professa a prática da tradição Católica Apostólica Romana. Existem também famílias evangélicas que integram a Igreja Assembléia de

²⁰ ELEODORO, Margarida. Entrevista 19/06/2011, 9h.

Deus no Morro. Dona Margarida nos relatou que, quando mais nova, participava de um Terreiro de Umbanda e através de sonhos prevê fatos que acontecem na vida real. O sogro de Sueli (*in memorian*) doou um terreno, para que se construísse uma Igreja. A comunidade atualmente é atendida por um padre católico.

A líder da comunidade nos fez um convite, para no dia trinta de julho de dois mil e onze, onde haverá uma feijoada em prol da Associação com cerca de trezentos convites. Sueli comenta que é mais para a divulgação da Associação do que para o lucro.

A Comunidade lamenta ausência da Administração Municipal que pouco compareceu no Morro. Ao mesmo tempo, os membros da associação são pessoas reservadas e sentem receio de terem seu espaço explorado para fins políticos, sendo esquecidas suas origens histórico/culturais.

As bonecas produzidas de forma artesanal, chamadas Abayomi – que significa “meu presente/encontro feliz/meu momento” – são expostas/vendidas em feiras e também por encomenda. No mês de julho de dois mil e onze, as bonecas serão vendidas em Santa Maria/RS.



Fonte: sites.google.com/site/griosdosul/.../fotos-das-aulas-de-abayomi – 17 de julho/2012.

Nos despedimos de todos, levando conosco uma lição de vida: “Jamais podemos desistir de nossos objetivos e nada se consegue sem lutas e sacrifícios”. Partimos desafiados a pensar diferentes maneiras de trabalhar com a questão racial na escola, família e enfim na sociedade.

Outro desafio presente é nosso comprometimento com os valores da cidadania, Enquanto pesquisadores comprometidos com a construção de relações entre todos e todas que fortaleça a prática da democracia e, com a luta pela garantia dos direitos humanos e sociais, a nossa meta final, deve ser a igualdade de todos os cidadãos descendentes afros.

O processo de formação humana, dentre os quais se insere a diversidade étnico-racial deve buscar dar ênfase dos saberes, lembrando que o ser humano não é apenas intelecto, é também emoção e de valores. Neste sentido, poderemos avançar no nosso papel de pesquisadores e realizar um trabalho competente em relação à diversidade étnico- racial.

Considerações finais

Ao término dessa pesquisa, podemos constatar que os Quilombolas, ainda sofrem muito com a discriminação e preconceito da sociedade. Proporcionar a superação das dificuldades encontradas no decorrer dos tempos deve ser um exercício necessário para sua condição – *ser/estar - de e em* digna humanidade. As possibilidades de direito oferecidas a essas Comunidades serão contribuições para a construção de sua cidadania, participação cotidiana histórica na sociedade catarinense e brasileira.

Esta pesquisa nas suas aproximações iniciais à temática requer de seus pesquisadores e pesquisadoras outras incursões teóricas e práticas mobilizadas pelo identificado e vivenciado. É desafiador trabalhar na perspectiva das diferenças buscando excluir as desigualdades. Percebemos que o estudo aqui realizado nos proporcionou discussões, indagações e permitiu refletir e sobre a Comunidade Remanescente Quilombola “Morro do Boi”, em Balneário Camboriu, Santa Catarina.

A temática nos trouxe compreensão sobre a Comunidade, possibilitando-nos o conhecimento de aspectos culturais e políticos deste povo que busca o reconhecimento, procurando ser respeitado e valorizado, perante a sociedade

brasileira. Nesta perspectiva, um povo cuja vida foi marcada por rupturas e dificuldades na reconstrução de sua história.

Registramos a necessidade de garantir as leis e os direitos de cidadania, que possibilitem inclusão a estas comunidades, sem preconceito de cor, raça ou religião. A população quilombola sobrevive e luta por seus direitos ficando muitas vezes a mercê de injustiças, por falta de oportunidades. Desafiados a refletir de diferentes maneiras sobre como podemos contribuir com este povo que sofre, enquanto pesquisadores nos situamos companheiros e coopartícipes no entendimento de luta de uma comunidade que quer seu *espaço* e *lugar* na sociedade.

Neste sentimento, juntos refletimos com o poema:

Da minha aldeia
Vejo quanto se pode ver o universo
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Por eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho de minha altura...
Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
Na cidade, as grandes casas fecham a vista à chave.
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar ara longe de todo o céu
Tornamo-nos pequenos por nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar.
E tornamo-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver
(Fernando Pessoa)

REFERENCIAS

BOSI, Alfredo. *Vieira ou a cruz da desigualdade*. Novos Estudos CEBRAP nº25, São Paulo, 1989.

GODOY, Clayton Peron Franco, [et al]. *Comunidades Negras de Santa Catarina narrativas da terra, ancentralidade e ruralidade*. Florianópolis-SC: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência Regional em Santa Catarina, 2008.

HOORNAERT, Eduardo. *O Cristianismo Moreno do Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporânea, 1996.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST, 1., 2012, São Leopoldo.
Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. | p.580-597

MEC, Ministério da Educação e Cultura / Maria Lúcia de Santana Braga [et al]org. *Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. Brasília-DF: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MEC, Ministério da Educação e Cultura / Secretaria da Educação Continuada. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília-DF: Coronário, 2006.

MEC, Ministério da Educação e Cultura / Secretaria da Educação Continuada. *Educação Africanidades Brasil*. Brasília-DF: MEC, 2006.

NUER, Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. *Regulamentação de Terras de Negros no Brasil*. Florianópolis: UFSC, 1997.

OSÓRIO, Letícia Marques. *Direito à Moradia e Territórios Étnicos Proteção Legal e Violação de Direitos das Comunidades de Quilombos no Brasil*. Porto Alegre-RS: Ética, 2005.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROMÃO, Jeruse Maria. *A África Está em Nós: História e Cultura Afro-brasileira: africanidades catarinenses, livro 5*. João Pessoa-PB: Grafset, 2010.

VIOTTI, Emilia da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo, 1986.